

**AS CONTRIBUIÇÕES DA LUTA ARMADA NAS MEMÓRIAS DA ESQUERDA
BRASILEIRA (1968-1974)**

Vinícius de Oliveira Masseroni¹

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

vinicius.masseroni@gmail.com

PRIMEIRAS PALAVRAS

[...] diria efetivamente que uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? –, consiste em procurar afugentar do presente os demônios da história.

Sérgio Buarque de Holanda²

Os estudos sobre os *usos* da História ainda são um campo aberto que, não raramente, enseja um debate amplo e acalorado. Também é verdade que muitos se valem da memória como se fosse essa, por si só, História. Não desejamos, porém, opor como antagônicas *Memória* e *História*, pois muitos historiadores demonstraram como a *ambas* complementam-se – ainda que eventualmente, também, excluam-se. Em tempos atuais vemos, cada vez mais, no debate público, a disciplina histórica ser soterrada de memória. Essa realidade é, de costume, mais evidente nas disputas políticas onde, frequentemente, evoca-se o passado para justificar o presente.

Na patética sessão da Câmara Federal, do dia 17 de abril de 2016, em que foi votada a admissibilidade do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, tivemos o exemplo dessas evocações da memória. O deputado federal do Rio de Janeiro, Glauber Braga (PSOL-RJ), em seu voto fez a seguinte declaração:

¹ Mestrando em História, bolsista PROSUC/CAPES.

² HOLANDA, 2010, p.22.

Eu voto por aqueles que nunca escolheram o lado fácil da história. Eu voto por [Carlos] Marighella! Eu voto por Plínio de Arruda Sampaio! Eu voto por Evandro Lins e Silva! Eu voto por [Miguel] Arraes! Eu voto por Luis Carlos Prestes! Eu voto por Olga Benário! Eu voto por [Leonel] Brizola e Darcy Ribeiro! Eu voto por Zumbi dos Palmares! Eu voto não!

As evocações do passado não pararam por aí. Também do Rio de Janeiro veio o voto de Jair Bolsonaro, então deputado pelo PSC-RJ, atual presidente da República. Depois de elogiar o deputado Eduardo Cunha, Bolsonaro fez um voto bastante *polêmico*:

Perderam em meia quatro [em referência ao golpe civil-militar de 1964]. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] O meu voto é sim!

A esquerda sempre fez questão de exaltar seus líderes. Já as direitas, após redemocratização, procuraram se desvencilhar das figuras da Ditadura. O voto de Jair Bolsonaro foi mais surpreendente, talvez, pelo desavergonhamento na exaltação de um dos mais famosos torturadores e violadores de direitos humanos do período ditatorial brasileiro, do que por seus posicionamentos conservadores – reacionários, em verdade. Não se trata aqui de comparar o incomparável, por exemplo, por lado-a-lado Carlos Marighella e Ustra. Essa comparação seria, no mínimo, desonesta.

Mas é verdade que, como *reclamam* muitos conservadores e direitistas em geral, os partidos de esquerda têm erguido “mitos” sobre suas lutas passadas, as quais servem mais as disputas políticas do presente, do que uma construção com rigor do passado histórico. O que, ao fim e ao cabo, não é uma atitude de todo condenável, tendo em vista que partidos políticos buscam, na *História*, a construção de tradições que liguem lutas passadas ao presente. Já o mesmo não se pode dizer dos historiadores, que tem um compromisso ético na recuperação profissional do passado histórico. O que destoa, ao final, é que, ao contrário do que parte das direitas brasileiras afirmam – inclua-se aqui alguns acadêmicos e jornalistas –, nunca existiu, como às vezes se fez pensar, um conluio entre historiadores para ocultação do passado das esquerdas brasileiras, especialmente, as que pegaram em armas durante a Ditadura civil-militar (1964-1985).

Vale, para confirmar o que alegamos, voltar aos trabalhos que inauguraram os estudos das esquerdas armadas brasileiras: Jacob Gorender ([1987] 2014); Daniel Aarão Reis (1990) e Marcelo Ridenti ([1993] 2010). Mesmo com divergências entre si, os três trabalhos evidenciam que o projeto das *esquerdas armadas* no Brasil não era uma luta pela restituição do regime vigente pré-golpe de 1964, ou o que convencionou-se designar de *populismo*. Tinham, essas esquerdas, um projeto de avanço revolucionário, ainda que se tenha que matizar que existiam diferentes interpretações da realidade brasileira, o que levava a diferentes compreensões de como seria o processo revolucionário brasileiro.³

Obviamente não nos colocamos – e acreditamos nem ser papel do historiador – como juízes para decidirmos o que pode ou não ser dito sobre o passado. Não nos cabe atuarmos como *teletelas* ou *polícia do pensamento* – para nos valermos de duas imagens do romance *1984*, de George Orwell – quando políticos, ou quaisquer pessoas, emitem opiniões sobre o passado. Mas, também, o papel de simples espectadores do que se diz ou deixa de dizer sobre a história é muito diminuto para o historiador. Cabe a nós, pensamos, o papel de educar a sociedade. E é óbvio que isso não se restringe a escola e/ou faculdades. Nosso papel, no debate público, deve ser crítico e compreensivo, para que se evitem concepções de mundo binárias, onde, por exemplo, opõe-se ideias antagônicas e excludentes da história. Onde perguntas, tais como, “*eram o militantes da esquerda armada heróis ou bandidos?*”, deixem de dominar o debate, pois essa é uma pergunta sem resposta, porque os sujeitos históricos são mais do que isso, são complexos e não cabem nessas dicotomias pobres que, por consequência, diminuem nossa capacidade de compreensão. Isso que é cristalino para historiadores, mas, não raramente, entrava o debate público. Em última instância, para esse tipo de questionamento, poderíamos dizer que o *direito a rebelião* é garantido pela *Declaração Universal dos*

³ Somente a título de ilustração, citaremos a diferença da Ação de Libertadora Nacional (ALN) e Vanguarda Armada Revolucionária (VPR). A ALN ainda carregava traços da interpretação (o chamado *etapismo*) do Partido Comunista Brasileiro, partido do qual tinha surgido, segundo o qual o Brasil ainda era um país semifeudal. Sendo assim, a revolução brasileira seria para completar a etapa capitalista no país, uma “Revolução de Libertação Nacional”, para, posteriormente, evoluir em direção ao socialismo. A VPR, como uma organização que teve origem em cisões da *Organização Revolucionária Marxista - Política Operária* (ORM-POLOP), tinha uma interpretação bastante diferente. Para eles, o Brasil era um país onde já se encontravam desenvolvido plenamente o capitalismo, logo, a revolução que deveria ocorrer no país deveria ter um caráter socialista. Para uma análise dessa temática em maior detalhamento ver: RIDENTI, 2010, p. 27-70

Direitos Humanos, de 1948, o que tornaria a luta armada contra a ditadura um recurso legítimo.⁴

No entanto, muito se têm debatido sobre os *objetivos* dos partidários da luta armada no Brasil. Daniel Aarão Reis, ex-militante da *Dissidência da Guanabara* (DIGB) que se tornaria, posteriormente, *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8) e, também, importante historiador da Ditadura e das esquerdas brasileiras, tem tido posições muito firmes sobre aqueles que pegaram em armas, durante a Ditadura, ao afirmar que esses jovens eram “autoritários e soberbos” ainda que fossem, também, “generosos e audaciosos” (AARÃO REIS, 2014, p. 78).

Aarão Reis foi pioneiro ao interpretar que houvera, durante o período da redemocratização, um *deslocamento de sentido* no que dizia respeito as esquerdas armadas. Nesse período ocorreu um “reposicionamento” dos revolucionários das décadas de 1960-70 e, onde havia projeto *revolucionário*, passou a predominar uma interpretação que “apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da *resistência democrática*, uma espécie de braço armado dessa resistência” para concluir, logo em seguida, que teria sido apagado “o caráter revolucionário da proposta que havia moldado aquelas esquerdas” (AARÃO REIS, 2014, p. 133) (*grifos no original*). Estamos de acordo com Daniel Aarão Reis no que toca os *deslocamentos de sentido*. De fato, colocar as *esquerdas armadas* no mesmo campo da resistência democrática, em princípio, não se sustentaria nos fatos. Porém entendemos que, no desenrolar do texto de Aarão Reis, existe um entendimento que as *organizações revolucionárias* propunham e ambicionavam ditaduras de esquerda.⁵

Analisando a documentação produzida por essas organizações fica pouco claro qual o regime sucederia a derrota da Ditadura, caso isso fosse alcançado (AARÃO REIS; SÁ, 1985). Fala-se em *ditadura do proletariado* e termos semelhantes, mas não podemos esquecer que, dentro do léxico marxista, o conceito de *ditadura do proletariado* tem um

⁴ No preâmbulo da *Declaração universal dos Direitos Humanos* está inscrito: “Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão”, cf: NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Declaração universal dos direitos humanos. [Rio de Janeiro]: UNIC, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2019. Publicado originalmente em 1948.

⁵ Aarão Reis não utiliza esse termo ao longo do texto, usa, na mesma passagem, a expressão “ditadura revolucionária”.

significado específico.⁶ Se concordamos com Aarão Reis que as *esquerdas armadas* não lutavam pelo simples restabelecimento da ordem anterior, taxá-los de autoritários não nos parece, também, o melhor caminho. Lembremos que, grande parte dessas esquerdas, rechaçou o *stalinismo* justamente porque o consideravam autoritário. Nesse sentido, cabe lembrar as *advertências* de Marcelo Ridenti sobre o perigo, daquilo que denominou, de *ideologia da resistência democrática* (RIDENTI, 2004). Como bem destacou Ridenti, se suas intenções não eram de restabelecimento de uma ordem anterior e sim um avanço em direção a uma revolução social, sua ação se concretizou na forma de *resistência*, mas é importante não adjetivá-la como democrática, para não incorremos em erros.

Porém a questão que parece estar ao fundo é se as esquerdas era ou não democrática. Essa questão é em parte de fácil resposta, certamente a *esquerda revolucionária* não ambicionava uma *democracia representativa liberal-burguesa*. Ao ler os depoimentos dos militantes e documentos das organizações essa questão fica evidente. Mas, poderíamos discutir se essa é a única forma possível de democracia. Talvez, o mais importante, ao analisar o contexto brasileiro das décadas de 1960-1970, seja historicizarmos o conceito de *democracia*, já que se trata de um termo polissêmico. No entanto, este não é nosso objetivo com esse texto. O que fica claro é que o conceito que estrutura as esquerdas armadas é o de *revolução*, não o de *democracia*.⁷ Mas é preciso lembrar que esses termos não são, necessariamente, excludentes.

⁶ Lenin foi um dos pensadores que mais influenciou a esquerda armada brasileira. Em seu clássico *O Estado e a Revolução* busca, no pensamento de Marx e Engels, estabelecer o significado estrito do conceito, ou estágio, denominado “ditadura do proletariado”. Para o líder bolchevique, a democracia na sociedade capitalista “é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista; no fundo, ela não passa nunca da democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos” (LENIN, 2007, p. 106). Já a transição em direção ao comunismo passaria, obrigatoriamente, pela ditadura do proletariado que serviria para quebrar a resistência das classes dominantes. Lenin (2007, p. 110) não exclui, diga-se, a necessidade de repressão nessa transição, mas esta se dá pela maioria dos explorados contra a minoria dos opressores. Com isso, conclui o revolucionário russo, “a sociedade capitalista não nos oferece senão uma democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para a minoria. A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, instituirá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, esmagando ao mesmo tempo, impiedosamente, a atividade da minoria, dos exploradores. Só o comunismo está em condições de realizar uma democracia realmente perfeita; e quanto mais perfeita for, mais depressa se tornará supérflua e por si mesma se eliminará” (LENIN, 2007, p.109-110).

⁷ Essa ideia foi inspirada nas proposições de Denise Rollemberg (2009). Porém a historiadora trabalha com o conceito de *cultura política*, o qual não utilizamos em nossa pesquisa. Contudo, a ideia nos “ajuda a pensar” as proposições e atitude daquelas esquerdas.

Nosso trabalho está balizado, teoricamente, pelos estudos sobre a memória. Também utilizaremos as ferramentas da História Oral, ainda que nosso trabalho seja realizado com entrevistas realizadas por terceiros.⁸

Os estudos sobre memória são o aporte teórico mais importante para nossa análise das entrevistas. Por isso, vale sempre a advertência que, as memórias são uma reconstrução, no presente, de um passado (SARLO, 2007, p. 9). Correm, nesse sentido, as afirmações de Alessandro Portelli (2016, p. 18) quando afirma que, “a memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”. Por se tratar de entrevistas é bom termos em mente, também, que essas são *memórias provocadas* e o entrevistado sempre tende a dar um sentido unívoco no seu relato, aquilo que Bourdieu chamou de *ilusão biográfica* (2011, p. 184). Ainda tratando das entrevistas, “até mesmo o erro, a invenção e o mal-entendido – e mesmo as mentiras – especialmente quando são socialmente difundidos, tornam-se sintomas preciosos de processos históricos importantes como a memória e o desejo” (PORTELLI, 2016, p. 19), visto que a História Oral é “acusada” por basear-se, essencialmente, na memória e na subjetividade dos indivíduos, por isso mesmo, menos “digna de confiança”. Na realidade, os relatos orais devem estar, também, submetidos aos mesmos rigores metodológicos – cruzamento com outro tipo de documentação, por exemplo – de qualquer outra fonte documental. O que torna rica a experiência do trabalho com as fontes orais é a diversidade de perspectivas e de *significações* de um acontecimento. Introduce uma dose de relativismo na busca pela *Verdade*. Se não temos uma concepção *naïf*, ou positivista, sobre a possibilidade de compreender o passado “como realmente se passou”, não é o caso de fazer, como o fizeram os *relativistas absolutos*, uma eliminação do *real*, onde sobreviveriam apenas as representações isoladas (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 10).⁹

⁸ Todas entrevistas utilizadas em nossa pesquisa, e para esse trabalho, foram realizadas pelo sociólogo Marcelo Ridenti, sua realização se deu entre 1985-1986, e estão disponíveis no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo de *Militância política e luta armada*.

⁹ Marcio Seligmann-Silva ainda afirma, “não podemos mais aceitar o vale-tudo pós-moderno, que acreditou ter resolvido essa complexa questão ao afirmar simplesmente que ‘tudo é literatura/ficção’. Ao pensarmos

MEMÓRIAS DA LUTA ARMADA E SUA CONTRIBUIÇÃO

O fracasso nosso foi tão retumbante que a gente não deixou marca quase nenhuma na esquerda, a não ser os mortos, muito cultuados, ou pouco cultuados, alguns nem são lembrados.

*Jorge Nahas, ex-militante do COLINA*¹⁰

A luta armada, mesmo tendo terminado na década de 1970, ainda gera grandes debates sobre suas ações.¹¹ São considerados heróis que lutavam pela democracia, pelos militantes de partidos e organizações de esquerda atual. Por outro lado, há quem considere a esquerda armada tão ou mais autoritária que o aparelho repressivo da Ditadura. Obviamente, essa comparação nos parece assaz obtusa. Comparar militantes com treinamento elementar, armamento precário com o aparato militar, que contavam com treinamento profissional, armamento apropriado para guerra e, incluía-se, o recurso que faziam as torturas – algo considerado *crime de guerra* – não é uma comparação honesta.

Na tentativa de nos distanciarmos dessas dicotomia, buscaremos a compreensão dos próprios militantes da *esquerda armada* da contribuição que suas ações tiveram para posteridade.¹² Podemos notar algo que é bastante significativo dessas entrevistas que é a compreensão da opção armada. Se é verdade que os militantes avaliam que a luta armada foi uma decisão errada, não se trata de uma opinião sobre a *opção em si*. Ou seja, não consideram que a *ontologicamente* a luta armada fosse condenável, mas, outrossim, que

Auschwitz, fica claro que mais do que nunca a questão não está na existência ou não da ‘realidade’, mas na nossa capacidade de percebê-la e simbolizá-la” (2003b, p. 50).

¹⁰ NAHAS, Jorge. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, transcrição p.16.

¹¹ Ainda que as organizações da luta armada tenham sobrevivido por mais tempo, consideramos, para este trabalho, a data fim de suas ações 1974, ano do desbaratamento da Guerrilha do Araguaia.

¹² As entrevistas utilizadas em nossa pesquisa ainda se encontram em processo de análise. O acervo de entrevista com que contamos totalizam 30 entrevistas com ex-militantes, desse total, para esse trabalho, utilizaremos 11 entrevistas já analisadas. São elas: Renato Tapajós (Ala Vermelha do PC do B); Antônio de Neiva (ALA Vermelha do PC do B); Cesar Queiróz Benjamin (MR-8); Anton Fon Filho (ALN); Jorge Nahas (COLINA); José Carlos Gianinni (ALN); João Quartim de Moraes (VPR); Amadeu Felipe da Luz Ferreira (MNR); José Genoíno Neto (PC do B); Takao Amano (ALN) e Humberto Trigueiros Lima (DI-RJ; MR8).

o momento em que se optou por desencadeá-la era um momento inadequado. Isso fica evidente na fala de Humberto Trigueiro Lima:

[...] porque num processo de luta armada, eu continuo achando que naquele momento, que aquele momento era o momento de preparar as condições para a luta armada, não de desencadear a luta armada, nós nos precipitamos. Do ponto de vista político, da conjuntura política, estavam dadas as condições objetivas para resistência, para assumir uma forma de luta numa resistência democrática, sob várias formas, inclusive sob forma violenta. Nós não compreendemos isso, o que na verdade nós fizemos foi uma resistência democrática, e nós não compreendemos isso.¹³

A concepção de Trigueiro, sobre terem realizado uma *resistência democrática*, não é comum entre os militantes, e, também, nos parece muito mais uma construção posterior, uma ressignificação do passado para coincidir com posições com as quais ele próprio passou a comungar. Não se trata, por certo, de intencionalidade de distorcer, ludibriar, mas um processo comum nas (re)construções da memória. Isso conflui com as afirmações de Jean-Jacques Becker ao dizer que as

[...] lembranças [podem ser] transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas para justificar posições e atitudes posteriores. (2011, p. 28)

Porém, a ideia de Trigueiro é, de certa forma, recorrente. Não, como já dito, a avaliação que se teria realizado uma *resistência democrática* – até o momento de nossa análise, essa foi a única vez que vemos um militante da esquerda armada utilizar esse adjetivo para qualificação de suas ações. Mas, o sentimento positivo, de ter participado desses movimentos é bastante recorrente. Antônio de Neiva afirma, em sua entrevista, que não era possível a luta armada ser bem-sucedida no Brasil, não obstante, afirma que: “Eu acho que faria de novo, porque essas coisa [sic] não são só a razão” e conclui logo em seguida “[...] existiam condições para que a gente fizesse aquilo. Não para que desse certo, mas para que a gente fizesse [luta armada]. E eu acho que pior que ter lutado errado é não ter

¹³ LIMA, Humberto Trigueiros. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, transcrição p. 15.

lutado”.¹⁴ Essa noção de ter lutado, mesmo que por algo que não “podia dar certo” é uma consideração recorrente para os participantes da luta armada, Vera Silvia Magalhães tem uma opinião bastante semelhante quando afirma:

[...] não tinha nada de melhor a ser feito [luta contra a ditadura] na minha geração. Eu acho que o que havia de melhor na minha geração, fez o que eu fiz, essa era a nata da geração. Fez errado? Não importa! As intenções e a experiência que acumulou tava nesse núcleo que resistiu a ditadura.¹⁵

Dentro das entrevistas até agora analisadas não entramos nenhum militante que demonstre arrependimento de ter participado da luta armada. Ainda que haja – e, de fato, há – diferentes considerações sobre o acerto ou erro dessa opção, negar o passado de militante e conceber seu passado como uma luta que devesse ser renegada e repreendida, não foram questões que ocorreram aos militantes.

A proposta de nosso texto – doravante, a contribuição da luta armada para história brasileira, especificamente, para as esquerdas posteriores – torna-se interessante, tendo em vista, o período em que foram realizadas as entrevistas – a saber, entre os anos de 1985-1986. É o exato momento da abertura democrática, que se consolidaria na Constituição de 1988, e, também, período da reorganização das esquerdas, agora de maneira legal. Diversos eram os partidos de esquerda que surgiram no crepúsculo da Ditadura: *Partido dos Trabalhadores* (PT), fundado em 1980, resultado da junção de egressos da luta armada, o *novo* sindicalismo e comunidades eclesiais de base (CEB); o *Partido Democrático Trabalhista* (PDT), fundado em 1979, que buscava a recuperação das tradições do antigo *trabalhismo* do, também antigo, *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) (1945-1965); já o *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) só teria restituída sua legalidade em 1985, sob o governo civil, mesmo ano que o *Partido Socialista Brasileiro* (PSB) recuperaria a legalidade.

¹⁴ NEIVA, Antônio de. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, transcrição p. 25.

¹⁵ Essa entrevista de Vera Silvia Magalhães não faz parte do corpus documental, mas foi inserida no trabalho por dialogar bem com os argumentos e análises de outros militantes. Cf: MAGALHÃES, Vera Silvia. *Memória Política – Vera Silvia Magalhães*. TV Câmara. Mountain View: Google, 2011 (1h 00 min 57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8fUe7vsj2s&t=2357s>> acesso em: 10 de setembro de 2018.

Analisar as concepções desses militantes sobre quais foram as contribuições da luta armada pode ser uma maneira de compreender como se deu a reinserção desses militantes na luta política do país, agora sob um regime democrático. Essas avaliações dizem, também, sobre o que as esquerdas brasileiras poderiam apreender com as experiências armadas, ou se havia algo a ser tomado como lição.

Na epígrafe dessa seção podemos ver que, para Jorge Nahas, a luta armada legou pouco para esquerda brasileira. Uma visão, certamente, muito pessimista. Que não é compartilhada por todos militantes. Resposta diversa teve José Carlos Gianinni ao ser inquirido sobre o “aprendizado da esquerda em geral”:

[...] acabou sendo uma experiência rica da esquerda como um todo, porque hoje não se coloca a luta armada eu acho que não é por uma questão de princípio; a luta armada se mostrou errada, então não é por aí, eu acho que não é isso, é que o momento não comporta uma proposta de guerrilha, seja ela qual for, mesmo essa esquerda mais delirante que tem aí, tipo Libelu [liberdade e luta], tipo foi o 8 aí na época babando, um negócio terrível, nunca colocaram essa questão como um negócio imediato, embora como perspectiva eu acho que parte da esquerda não perdeu isso, e corretamente.¹⁶

Não há, nem mesmo, o rechaço *in totum* da perspectiva da luta armada. Nesse sentido caminham, também, as afirmações de Anton Fon Filho, militante da mesma ALN de Gianinni. Para Fon Filho,

[...] uma lição que ainda fica pra mim, eu acho que é uma lição que cada vez mais vai se aprofundando, que é da necessidade de luta armada para se obter as transformações revolucionárias, continuo absolutamente descrente da possibilidade de um processo revolucionário que não passa pela luta armada [no Brasil].¹⁷

Há, inequivocamente, uma avaliação positiva das ações armadas, não no sentido de serem a melhor opção para o contexto, nem mesmo de ser uma opção viável. A *positividade* dessa avaliação parte da compreensão que se lutava, essencialmente, contra a Ditadura e por uma sociedade mais igualitária. E, em princípio, era essa a herança das *organizações de esquerda revolucionária*. Não é o caso, certamente, de aderirmos irrestritamente a

¹⁶ GIANINNI, José Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, transcrição p. 5C.

¹⁷ FON FILHO, Anton. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*, transcrição p. 15.

visão dos partícipes da luta armada. Mas sim, por outro lado, compreender o que restou de suas experiências. Como afirmamos anteriormente, a maior parte das organizações que optaram pela luta armada, o fizeram por discordar, especialmente, dos rumos e práticas do PCB, por discordarem do apoio ao *stalinismo*, por exemplo. Estavam embebidos na possibilidade de uma Revolução de novo tipo, que conjugasse democracia, igualdade e socialismo. Mas, como é evidente, essa ideia não se traduz em prática. Muitas organizações reproduziam, em menor ou maior grau, a falta de debate sobre seus rumos. O que é compreensível, dentro de uma realidade de perseguição e repressão em um nível elevado.

Essa é a memória que prevaleceu para os militantes. E, também, essa foi a imagem retida da luta armada, a imagem de combate à Ditadura. Essa realidade pode ser resultado de diferentes fontes. Para fins de estabelecermos uma hipótese a ser perseguida e, posteriormente, desenvolvida, consideremos que a *esquerda armada* foi um importante ator na denúncia do regime de exceção que vivia o país. No manifesto do sequestro do embaixador estadunidense, Charles Burke Elbrick, por exemplo, constavam denúncias das práticas de tortura cometidas pela Ditadura.¹⁸ Esse evento teve grande impacto, já que o *Manifesto* deveria – como, de fato, foi – ser lido em cadeias de rádio e televisão, nacionalmente.

Não é trivial para as esquerdas – passadas e atuais – o fato do enfrentamento entre a luta armada e Ditadura. Diante disso podemos começar a enxergar como esses militantes – e a luta armada – passam a se constituir como referência. O legado de enfrentamento da Ditadura é ressignificado pelas esquerdas atuais e mesmo para os militantes da autorreferida *esquerda revolucionária*. No entanto, ainda que haja “esquecimento” do *sentido do enfrentamento* do regime de exceção, no sentido de superação do capitalismo, esse esquecimento não pertence aos militantes, de forma geral. Ao contrário, questionados sobre seus objetivos, afirmam categoricamente que lutavam pela *Revolução*, ainda que suas consequências, à época, fossem, em boa medida, vagas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁸ O último parágrafo do *Manifesto* do sequestro dizia: “Finalmente, queremos advertir aqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa [...]” (DA-RIN, 2007, p. 339).

Sob a história, a memória e o esquecimento.

Sob a memória e o esquecimento, a vida.

Mas escrever a vida é outra história.

Inacabamento.

Paul Ricœur.

Esperamos, com nosso texto, ter evidenciado como há uma ressignificação do passado das esquerdas – no caso específico, daquelas que pegaram em armas – pelas esquerdas do presente. Esse fato decorre que os processos de rememoração não são um acesso ao passado, a partir do presente, mas sim, uma reconstrução, no presente, do passado. Walter Benjamin (2012, p. 249), com sua poética particular, afirma que, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de ‘tempo-agora’ [Jetztzeit]”. As esquerdas, portanto, preenchem a (sua) história com o “tempo-agora” no sentido da ressignificação das suas ações presente, já que a história não está trancafiada no passado num tempo “homogêneo e vazio”.

Essas reconstruções da memória fornecem a necessária sustentação às narrativas do presente, tendo em vista que, é o passado que confere sentido ao presente, sem ele as tradições e práticas perderiam razão de ser, pois seriam instituídas em fraudes, e estariam esvaziadas de sentido (LOWENTHAL, 1998, p. 70). Como bem lembra Michael Pollak, ao comentar o conceito de *memória coletiva* de Maurice Halbwachs, que “longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social” (POLLAK, 1989, p. 3).

Não se trata, pois, de *inventar tradições* – para usar uma expressão de Eric Hobsbawm –, mas antes, ressignificar as memórias. Para as esquerdas – de ontem e hoje – havia um *ethos* no enfrentamento à Ditadura, sentimento que, posteriormente, será invocado – no presente –, no sentido de um legado de enfrentamento com o que podemos chamar, genericamente, de injustiças. Antônio de Neiva, ao tratar do AI-5, afirma:

[...] alguma coisa enfim deveria ser feita. Era aquele sentimento que eu acho que tinha toda esquerda. Pelo menos nas pessoas mais honestas. Me parece que

quem não fez a luta armada e era de esquerda naquele período, eu faço autocrítica, mas não renego. Inclusive não consigo entender como uma pessoa de esquerda não partiu para um enfrentamento mais decidido.¹⁹

Antes de inserir um ponto final neste texto, gostaríamos de afirmar, novamente, a inexistência de comparações possíveis entre o aparelho repressivo do Estado e os militantes da luta armada. Não se trata, pois, de afirmar que havia radicalização de ambos os lados, logo não havia outras saídas. Teoria que, paulatinamente, tem ganho força e espaço no debate público. Recentemente, José Antônio Dias Toffoli, eminente presidente do Supremo Tribunal Federal, prestou-se a reanimar, no debate nacional, a *teoria dos dois demônios*, ao dar a desastrosa declaração afirmando que, “não foi um golpe nem uma revolução. Me refiro a movimento de 1964. Hoje, afirmo isso graças ao ensinamento do ministro da Justiça, Torquato Jardim”.²⁰ Afirmer que não houve golpe no Brasil em 1964 é algo dificilmente digerível, tendo em vista as milhares de evidências e, também a, nada desprezível, produção bibliográfica sobre o tema. Possivelmente isso faça parte da nossa transição lenta, gradual e *seguramente* inconclusa.

Resta aos historiadores afirmarem o óbvio...

Houve o Golpe em 1964.

Houve Ditadura.

Ditadura Nunca Mais.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

AMANO, Takao. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

BENJAMIN, Cesar Queiróz. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

¹⁹ NEIVA, op. cit., transcrição p. 9.

²⁰ ROCHA, André Ítalo; BRIDI, Carla. Toffoli diz que prefere chamar ditadura militar de 'movimento de 1964'. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 out. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,toffoli-nao-vi-projeto-nacional-mesmo-a-uma-semana-da-eleicao,70002527529>> acessado em 29 de outubro de 2018.

FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

FON FILHO, Anton. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

GENOÍNO NETO, José. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

GIANINNI, José Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

LIMA, Humberto Trigueiros. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

NAHAS, Jorge. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

NEIVA, Antônio de. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

QUARTIM DE MORAIS, João. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

TAPAJÓS, Renato. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. In: Arquivo Edgar Leuenroth (AEL/Unicamp), fundo *Militância Política e luta armada*.

Livros, artigos, dissertações e teses.

AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____; SÁ, Jair Ferreira de (org). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 – 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 27-32.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e História da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 183-191.

DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador norte-americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 167-182.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998.

MAGALHÃES, Vera Silvia. *Memória Política – Vera Silvia Magalhães*. TV Câmara. Mountain View: Google, 2011 (1h 00 min 57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8fUe7vsj2s&t=2357s>> acesso em: 10 de setembro de 2018.

MASSERONI, Vinícius de Oliveira. Na disputa das memórias: a caracterização dos objetivos da luta armada na memória de seus militantes (1968-1972). In: IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras, 2018, Passo Fundo. *Anais do IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras (CIHRF)*, 2018. v. 2, p. 488-500.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Declaração universal dos direitos humanos. [Rio de Janeiro]: UNIC, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp->

content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019. Publicado originalmente em 1948.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 53-66.

ROCHA, André Ítalo; BRIDI, Carla. Toffoli diz que prefere chamar ditadura militar de 'movimento de 1964'. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 Out. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,toffoli-nao-vi-projeto-nacional-mesmo-a-uma-semana-da-eleicao,70002527529>> acessado em 29 de outubro de 2018.

ROLLEMBERG, Denise. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, vol. II. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, p. 569-577.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: _____ (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003a, p. 7-44.

_____. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: _____ (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003b, p. 45-58.